

REQUERIMENTO Nº , DE 2017 - CI

Requeiro, nos termos do artigo 50 caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado **Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Fernando Coelho Filho**, a comparecer a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de prestar informações acerca das relações da pasta com representantes do governo do Reino Unido e empresas multinacionais do petróleo e: i) exploração de óleo e gás em áreas do pré-sal brasileiro; ii) política de conteúdo local e impostos cobrados de empresas estrangeiras na exploração de óleo e gás em áreas do pré-sal brasileiro; iii) conteúdo de editais leilões de exploração de óleo e gás em áreas do pré-sal brasileiro.

JUSTIFICATIVA

O jornal britânico *The Guardian*, um dos mais respeitados do mundo pela fidedignidade de suas informações, publicou matéria, em 19 de novembro do corrente, na qual se afirma que:

A Grã-Bretanha pressionou com sucesso o Brasil em nome da BP e da Shell para responder às preocupações dos gigantes do petróleo em relação à tributação brasileira, regulação ambiental e regras sobre o uso de empresas locais, revelam documentos do governo.

O ministro do Comércio do Reino Unido viajou para o Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo em março para uma visita com um "foco pesado" em hidrocarbonetos, para ajudar as empresas britânicas de energia, mineração e água a obter negócios no Brasil.

Greg Hands (o ministro do comércio do Reino Unido) se encontrou com Paulo Pedrosa, vice-ministro brasileiro de minas e energia (o secretário-



executivo do ministério), e "diretamente" levantou as preocupações das empresas petrolíferas Shell, BP e Premier Oil britânicas sobre "tributação e licenciamento ambiental".

Pedrosa disse que estava pressionando seus homólogos no governo brasileiro sobre as questões, de acordo com um telegrama diplomático britânico obtido pelo Greenpeace.

O telegrama referido na matéria foi obtido pela organização UNEARTHED, que faz investigações para o Greenpeace. Segunda essa organização, houve erro na manipulação do documento. Em vez de colocarem as famosas tarjas pretas nas partes sensíveis, eles as realçaram em amarelo. Isso permitiu que a UNEARTHED, que obteve o telegrama com base em lei britânica semelhante à nossa Lei de Acesso à Informação, pudesse tomar conhecimento das "ligações perigosas" entre Pedrosa e Greg Hands.

No Reino Unido, a preocupação fundamental é com a questão ambiental, pois esse lobby do governo britânico estaria, segundo o Greenpeace, em contradição com os compromissos internacionais que o Reino Unido assumiu, em relação ao aquecimento global. Recorde-se que o Greenpeace vem fazendo também uma campanha contra o lobby que empresas europeias de petróleo, como a Total francesa e a Shell britânica, estão realizando para prospectar petróleo na bacia amazônica.

Contudo, o **telegrama oficial revelado comprova** que as empresas e as autoridades britânicas pressionaram diretamente o governo brasileiro para obter a isenção de impostos e o fim da política de conteúdo local. De fato, o texto do telegrama afirma que *nos últimos seis meses ocorreram anúncios positivos sobre a redução das exigências de conteúdo local e que num café da manhã privado, os beneficiários dessas mudanças (grifo nosso), Shell, BP e Premier Oil, expuseram suas preocupações remanescentes referentes a impostos e licenças ambientais.*

Ainda conforme o telegrama oficial do governo britânico, *o diretor de Gás e Óleo do DIT* (Department of International Trade- o ministério britânico de comércio exterior) *Graig Jones, continuou o diálogo no dia seguinte, liderando um seminário sobre política de conteúdo local, no quartel general (headquarters) do regulador brasileiro de óleo e gás...* (grifo nosso). Algo inacreditável.

O telegrama comprova também que os britânicos não apenas pressionaram, mas foram vitoriosos em seus pleitos. A MP 795 isentou totalmente as empresas estrangeiras de impostos, uma renúncia de cerca de R\$ 1 trilhão, inaugurando a política de incentivo ao conteúdo internacional, em detrimento da política de conteúdo local, que foi totalmente abandonada.

Mas, aparentemente, as concessões brasileiras não ficaram apenas nisso. Com efeito, os resultados do último leilão evidenciam algo que chama a atenção. Duas empresas dominaram os leilões das seis áreas concedidas: a Petrobras e a Shell. A Petrobras, liderando seus consórcios arrematou três áreas. Nessas áreas, Entorno de Sapinhoá, Peroba e Alto de Cabo Frio Oeste, os volumes de óleo ofertados à União foram de 80%, 76,96% e 75,86%, com ágios de 673,69%, 454,07% e 254,82%, respectivamente. Agora, nas áreas arrematadas pelos consórcios liderados pela Shell (Sul de Gato do Mato e Alto de Cabo Frio Oeste) os percentuais de óleo ofertados à União foram de 11,53% e 22, 87%, com ágio zero em ambas. Esses percentuais são absolutamente ridículos. No mundo, a participação dos Estados no volume produzido oscila entre 60% e 80%. Assim, a Shell levou as duas áreas praticamente de graça.

Em nossa opinião, o que foi revelado pelo documento oficial do governo britânico é apenas a **ponta do iceberg** dos lobbies que foram e estão sendo articulados por governos e empresas estrangeiras para comprar patrimônio público brasileiro em condições e preços muito aviltados. De fato, é bastante

provável que processos semelhantes tenham sido exercidos por outros governos e empresas.

O governo colocou o Brasil à venda. E não se trata apenas dos campos do pré-sal, a maior descoberta do petróleo deste século, que vêm sendo leiloados a preços ridículos, entre dois e cinco dólares o barril. Houve também a privatização da Nova Transportadora Sudeste, que opera os principais gasodutos do Brasil. Ocorreu, da mesma maneira, a venda do Complexo Petroquímico de Suape e do Complexo Industrial Químico-Têxtil (Citepe), entre outros ativos importantes da Petrobras. Pretende-se até privatizar a Petrobras Distribuidora, acabando coma “bandeira” da companhia.

Salientamos que essa ausência de transparência, além de antidemocrática, pode dar lugar a processos de corrupção.

Assim sendo, julgamos imprescindível que sejam prestadas as informações supra-destacadas, a fim de que esta Casa Legislativa exerça suas atribuições constitucionais de controle e defesa da moralidade administrativa e da soberania nacional.

Sala das Comissões,

Senador Lindbergh Farias
Líder do Partido dos Trabalhadores

